



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Assessoria Jurídica

Rua Borges Lagoa, 1230, 2º andar - Bairro Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04037-004

Telefone:

São Paulo, 13 de agosto de 2020.

Ao

Excelentíssimo Senhor

Dr. João Antonio da Silva Filho

Presidente

Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Av. Prof. Ascendino Reis, 1130, Vila Clementino

São Paulo - SP

CEP: 04027-000

Ofício nº 526/2020/2020/SME

ASSUNTO: Ofício SSG 13325/2020 - TC 006192/2020 - Auditoria - Análise das estratégias educacionais disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar a aprendizagem dos bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal de São Paulo durante o período de suspensão do atendimento presencial decorrente da pandemia do coronavírus.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 6016.2020/0064123-8.

Exmo. Sr. Presidente,

Servimo-nos do presente para, em atenção ao ofício em epígrafe, encaminhar as informações apresentadas pelas áreas técnicas desta pasta.

Colocamo-nos à disposição caso sejam necessários novos esclarecimentos, hipótese em que solicitamos seja o próximo ofício encaminhado a smegabexpediente@sme.prefeitura.sp.gov.br.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e consideração.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Caetano Raimundo**, Secretário Municipal de Educação, em 14/08/2020, às 18:05, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **032036474** e o código CRC **A7755E5C**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 6016.2020/0064123-8

SEI nº 032036474



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Coordenadoria Pedagógica

Rua Dr. Diogo de Faria, 1247, - Bairro Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04037-004

Telefone:

Encaminhamento SME/COPED Nº 032084005

(DESCONSIDERAR SEI 031945526)

São Paulo, 14 de agosto de 2020.

SME/AJ

Sra. Procuradora

De início vale destacar a primorosa síntese e esforço de pesquisa realizado pelos profissionais envolvidos nesta auditoria. Em reconhecimento, retomaremos apenas as partes que guardam relação com as questões dissidentes ou complementares em nossa resposta.

1. Estratégias educacionais da IN SME nº 15/2020 e construção participativa

1.1. Estratégias educacionais disponibilizadas para o período de suspensão de atendimento presencial

Como foi dito, a SME instituiu o ensino à distância como principal estratégia de manutenção das aulas durante o período de isolamento social previsto na Instrução Normativa Nº 15, elaborada com base nas Notas de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação e na Resolução CME nº 02/2020.

Esse ensino, conforme determinado pelo Artigo 2º da referida Instrução, será transmitido prioritariamente por meio dos materiais impressos e, de forma complementar, em ambiente virtual. Nesse sentido, todo o conteúdo disponibilizado em ambiente virtual visa complementar a principal ferramenta de aprendizagem durante o período de pandemia atual, que são os materiais impressos intitulados Cadernos - Trilhas de Aprendizagens. Além disso, o ambiente virtual se constitui como uma ferramenta importante de contato entre estudantes e educadores, o que possibilita, inclusive, que os conteúdos propostos nos materiais impressos sejam desenvolvidos com maior profundidade e detalhamento, além de permitir momentos de interação entre professor e estudantes para socialização e discussão de dúvidas, contribuindo para que as aprendizagens sejam mais efetivas.

Os Cadernos Trilhas de Aprendizagens foram produzidos para os estudantes de todas as etapas e modalidades da educação básica e estão alinhados aos pressupostos conceituais expressos no Currículo da Cidade, respeitando a concepção da integralidade da educação, da inclusão e da educação para equidade.

Foram produzidos 14 cadernos, denominados “Trilhas de Aprendizagens”: a) dois para a educação infantil, sendo um para crianças de 0 a 3 anos e outro para crianças de 4 a 5 anos, b) nove para o ensino fundamental, um para cada ano escolar, divididos em quatro eixos – Língua Portuguesa,

Matemática, Ciências Humanas e Ciências Naturais, c) um para o ensino médio, voltado às atualidades e, d) dois para a Educação de Jovens e Adultos.

Estes Cadernos foram enviados ao local de residência de todos os estudantes matriculados em na Rede Municipal de Educação. No entanto, sabe-se que nem todos os estudantes foram localizados pelos endereços fornecidos em nossas bases de informações ou dirigiram-se às Unidades Educacionais para retirar este material. Por este motivo, a Secretaria Municipal de Educação adotou uma série de medidas para mitigar os problemas identificados e entregar os materiais para o maior número de estudantes possível. Esse item será tratado mais adiante, pois queremos, antes, destacar duas questões relativas a esse item mais geral.

A primeira é de que retornamos a narrativa da Instrução Normativa a respeito das estratégias adotadas para ensino remoto, onde os cadernos aparecem como a principal delas porque nós sabemos das desigualdades de acesso aos meios digitais de comunicação pelos estudantes de nossa Rede, mesmo reconhecendo sua importância.

As equipes que integram esta Rede têm ciência de que o ensino à distância, em caráter emergencial, acentuou a desigualdade social que assola o país, em que a ausência de possibilidades de acesso a condições básicas de saneamento, saúde e informação impossibilita que todos se beneficiem de forma equânime das oportunidades de cuidado e desenvolvimento.

Entretanto, e tendo em vista as resoluções federais e municipais, além do fato de estarmos na cidade brasileira com maior acesso aos meios digitais, a urgência do momento demandou, por parte da SME, a organização de um plano de ação que pudesse contemplar o maior número possível de estudantes. Contudo, o acesso ao ambiente virtual, especialmente no contexto pandêmico vivenciado atualmente, é essencial para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes, e essa sempre foi uma preocupação da Pasta, constituindo-se como um desafio a ser solucionado.

A segunda é que diante da manutenção da necessidade do ensino remoto, foi elaborado um segundo volume da coleção dos Cadernos - Trilhas de Aprendizagens, desta vez com todos os componentes curriculares, para atendimento por até mais três meses.

Neste sentido, foram produzidos 12 cadernos, denominados “Trilhas de Aprendizagens”: a) nove para o Ensino Fundamental, um para cada ano escolar, envolvendo todos os componentes curriculares – Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Língua Inglesa, Arte, Educação Física; b) um para o Ensino Médio, voltado às atualidades e, c) dois para a Educação de Jovens e Adultos.

As versões digitais dos materiais já se encontram no Portal da SME disponíveis para download: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens/>. Desta vez, a Secretaria disponibilizou, também, a versão Bilingue dos Cadernos para os três primeiros anos do ensino fundamental (ciclo de alfabetização), além de produzir um Guia de Acessibilidade, ambas estratégias de acessibilidade que serão detalhadas em outro item desta manifestação.

Uma amostra interessante destes materiais pode ser encontrada em nosso Portal <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-infantil/semana-do-brincar-2020/>, e em nossa página do Youtube <https://www.youtube.com/playlist?list=PLayj3awkL-ogcm0JpqonrkkLkl0nSmymS>.

Como forma de mitigar os problemas vivenciados pela estratégia de envio dos Cadernos do primeiro volume via Correios, bem como reduzir os custos relacionados ao envio, optou-se por enviar os Cadernos - Trilhas de Aprendizagens Volume II às Unidades Educacionais. Os exemplares já foram distribuídos a todas as Unidades Educacionais e estão sendo entregues aos estudantes dentro da primeira quinzena de agosto de 2020, garantidas as medidas de distanciamento físico, evitando aglomerações na retirada do material.

Espera-se que os Cadernos Trilhas II cheguem às famílias com maior celeridade e que os estudantes consigam manter situações de aprendizagens e reflexões por meio da rotina de realização das

atividades propostas pelos Cadernos, complementadas com outras estratégias que serão tratadas ao longo desta manifestação.

1.2. Construção participativa das estratégias educacionais

Como mencionado pelo Relatório da Auditoria, a IN SME nº 15/2020 e a Carta aos Educadores foram construídas com base na recomendação e na resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) de São Paulo e no Currículo da Cidade. Participaram da produção das estratégias os educadores e profissionais que atuam na Coordenadoria Pedagógica (COPED), e de outras áreas da SME, como Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional (COGED) e Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP), além do Gabinete do Secretário.

O Relatório também aponta, corretamente, que maior parte dos profissionais das DRE também contribuíram na elaboração de ações (apenas 33% das DIPEDs declararam que não participaram), mas não podemos dizer o mesmo com relação aos gestores de unidades educacionais, professores e famílias de estudantes. E reforça ainda o Princípio de Gestão Democrática estabelecido no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal (CF) de 1988 e no art. 3º, inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Federal nº 9.394/1996.

Neste sentido, reconhecemos que as estratégias educacionais previstas na IN nº 15/2020 não foram desenvolvidas com tão ampla participação quanto necessário e desejado. E isso se deu desta forma por uma série de motivos, dentre os quais vale destacar os elencados a seguir:

1. A situação de emergência inédita que o município de São Paulo declarava, por meio do decreto municipal nº 59.283/2020 em 16 de março de 2020 que impôs a necessidade de se formular estratégias rápidas e para um período de suspensão do atendimento presencial que inicialmente foi estimado para poucas semanas;
2. O período de recesso antecipado das unidades educacionais da rede direta e parceira, estabelecido pela Instrução Normativa nº 13 como medida cautelar de proteção de nossos profissionais e educandos, o que nos impedia de convocá-los para reuniões de planejamento no momento em que a IN nº 15 estava sendo formulada;
3. A impossibilidade fática de elaborar uma metodologia participativa escalonada regionalmente que permitisse a interação, escuta e debate entre os mais de 60 mil profissionais da educação, os profissionais que trabalham no Gabinete da Secretaria de Educação, profissionais da Saúde a serem cedidos para acompanhar esses debates enquanto tinham uma pandemia para enfrentar, e a conciliação com as agendas de representantes de organizações da sociedade civil e de classe, em um período tão curto de tempo, e que nos demandaria também a contratação de emergência de algum sistema ou portal que permitisse tamanha interação digital já que as atividades presenciais estavam suspensas. Isso sem contar com as famílias dos estudantes e cidadãos beneficiários e afetados pela política.
4. A complexidade do tema que desafia técnicos de diversas áreas governamentais para que consigam fornecer respostas integradas, uma vez que o problema envolve desde questões epidemiológicas e sanitárias, contingências legais, coordenação federativa e até questões de desigualdades sociais estruturalmente colocadas. Há questões que necessitam de formação anterior para que seja possível debater e buscar construir consensos sobre as deliberações. Neste sentido, e diante do curto espaço de tempo disponível, a efetividade dessa escuta seria baixa ou inexistente.

Ademais, as medidas adotadas na Instrução Normativa nº 15 não são limitantes com relação às estratégias para o ensino remoto, no sentido de impedir a customização e aperfeiçoamento da Política de Educação nos territórios. A referida Instrução Normativa, em seu parágrafo 3º do artigo 2º

possibilita que sejam utilizadas estratégias e ferramentas gratuitas disponíveis e adequadas aos estudantes da Unidade Educacional, além da plataforma Google Classroom disponibilizada pela SME, de modo a garantir a autonomia das UEs para planejarem outras possibilidades complementares ao uso do aplicativo Google Classroom. Basta lembrar que diante das desigualdades sociais e problemas de acesso, nossos profissionais têm desenvolvido diversas alternativas para manter a comunicação e rotina de reflexões e aprendizagens com os estudantes e suas famílias para além dos Cadernos Trilhas de Aprendizagens e a plataforma Google Classroom, como páginas nas redes sociais, contatos por whatsapp, portal para acolhimento terapêutico, campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos, etc.

2. Materiais impressos

2.1. Alcance dos materiais impressos

Como se verá a seguir, uma vez definido que os materiais impressos - Trilhas de Aprendizagens - são a principal estratégia de ensino remoto, as equipes da Secretaria se empenharam em elaborar o material com a maior brevidade possível e as equipes das DRE e Unidades Educacionais de localizar e entregar estudantes que eventualmente não receberam os materiais via Correios.

2.1.1. Cadastro de endereço

Para o recebimento dos materiais impressos, via correio, a SME solicitou aos responsáveis pelos alunos que preenchessem um formulário on-line atualizando os dados cadastrais e, para as famílias com dificuldade de acesso à internet ou com problemas no preenchimento, a orientação foi o contato telefônico com a escola para solicitação do preenchimento dos dados.

Além disso, a Secretaria informou que extraiu e encaminhou dados cadastrais do sistema Escola On-Line (EOL) para as escolas, com a informação da última data de alteração do endereço do estudante, orientando as unidades a contatar as famílias, por meio de ligações telefônicas, com o objetivo de atualizar os endereços dos alunos, na ordem dos registros mais antigos para os mais recentes, como expõe o relatório.

O resultado da pesquisa realizada pelo TCM confirma este dado, uma vez que 93,2% dos gestores escolares que responderam a pesquisa afirmaram que a unidade realizou algum tipo de ação para cadastro do endereço das famílias, como a confirmação do endereço, envio do link para as famílias realizarem a atualização, contato telefônico e divulgação nas redes sociais.

2.1.2. Entrega dos materiais

As entregas dos Cadernos Trilhas de Aprendizagens na residência das famílias foram iniciadas pelos Correios no dia 16/04/2020 e, segundo os Correios, já foram finalizadas, com o registro a possibilidade de 1% de margem de inconsistência dessa informação. No entanto, no levantamento realizado pelas Unidades Educacionais e Diretorias Regionais de educação, a pedido de COPED, a inconsistência de recebimento estava entre 3% e 4%. Ao considerarmos um universo de 1.046.739 estudantes, a quantidade de exemplares seria relativamente baixa. Ainda assim, estaríamos com cerca de 40 mil estudantes sem o material.

Para mitigar esse problema, a Secretaria envolveu parte de sua equipe que já tomou as medidas cabíveis para verificação das causas e compatibilização do registro de endereços das famílias no EOL. Além disso, em conjunto com as Diretorias Regionais de Educação, buscou-se identificar os estudantes que não receberam o material para que outros exemplares fossem providenciados e entregues aos estudantes.

Neste sentido, é de se estranhar que 53,4% dos gestores escolares tenham falado que não realizaram algum tipo de ação de acompanhamento, ainda que a amostra de 88 gestores que responderam a pesquisa não seja representativo em termos estatísticos. Há algumas hipóteses de respostas: ou os gestores destas unidades não receberam reclamações de famílias de estudantes acerca dos materiais; ou houve problema na recepção das orientações que foram repassadas via DRE sobre os registros e encaminhamentos dos casos de não recebimento ou ainda; ou os profissionais que responderam ao questionário não estavam diretamente envolvidos nas ações (já que não restou evidente na amostra quais categorias profissionais são lidas como “gestor escolar”); ou ainda não restou evidente aos gestores o que o foi perguntado quando se falou em “ações de acompanhamento do recebimento dos materiais” e como não tivemos acesso ao questionário, não poderíamos confirmar tal hipótese.

Com relação aos relatos de não recebimento dos materiais e problemas de acesso ao sistema, por parte das famílias, levantados pela pesquisa, é importante verificar com estas famílias se os problemas se mantêm. Como a pesquisa foi realizada em maio, período que ainda estávamos desenvolvendo as estratégias de registro e encaminhamento dos casos de não recebimento, a nossa expectativa é que os problemas destas famílias tenham sido sanados.

Por fim, com relação aos atrasos, só podemos sustentar que as equipes da Secretaria fizeram de todo o possível para mitigá-los.

O atraso de um mês para o envio dos materiais, a contar do final do recesso escolar, por exemplo, se deu em parte porque as equipes estavam elaborando 14 publicações inéditas voltadas para todos os ciclos e modalidades da educação, o que exigiu um trabalho de pesquisa, análise, e escrita de conteúdos de qualidade, alinhados ao Currículo da Cidade, revisados, diagramados e disponibilizados no formato digital em um prazo recorde. Posteriormente, os Cadernos foram ainda traduzidos para outros idiomas e adaptados para outras linguagens. E tudo isso foi desenvolvido em paralelo as tarefas que estes profissionais já desempenhavam e precisaram seguir desempenhando.

De outra parte, podemos dizer que as equipes de comunicação, pedagógicas e ciência de dados também fizeram de todo o possível para ter as informações mais atualizadas sobre os endereços dos estudantes. E passamos os endereços de todos os estudantes aos Correios, que foi contratado para tanto. Contudo, tais ações não foram capazes de evitar os atrasos que fugiram da nossa capacidade técnica para lidar com as contingências impostas pela pandemia naquele momento. Aprendemos e esperamos encontrar menos problemas com a nova estratégia de entrega desenhada para os Cadernos - Trilhas de Aprendizagens - Volume II.

De toda forma, essa informação nos é relevante e nos ajuda a sustentar a importância do desenvolvimento de alternativas para comunicação direta da SME com as Unidades Educacionais e principalmente com as famílias dos estudantes. Por este motivo um dos atuais projetos que a Secretaria tem desenvolvido por meio da Coordenadoria Pedagógica e Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação é o Aplicativo Escola Aqui que, dentre outras funcionalidades, terá a possibilidade do responsável pelo estudante confirmar o recebimento de materiais.

Atualmente a Secretaria tem utilizado o App conecta.SMESP da Google, mas que após sairmos da situação de emergência, será substituído pelo App Escola Aqui. O objetivo do App Escola Aqui é mais amplo, contudo, ele pretende concentrar todas as informações relevantes sobre os estudantes (tais como frequência, notas, agendas de aulas, etc.) em um único lugar. Além disso, será mais um canal oficial de comunicados da SME e DRE que poderão divulgar informações relevantes sobre matrícula, aquisição de uniforme escolar, e demais serviços e benefícios fornecidos pela Secretaria.

O App Escola Aqui também facilitará a comunicação direta entre as UE e as famílias de estudantes que, em princípio, será unidirecional. Mas, todas as informações de contato da escola estarão disponíveis no App para que a família possa ligar ou enviar um e-mail para escola. Desta forma, a SME pretende dar agilidade no registro e identificação de situações que precisarão ser corrigidas. Da mesma forma, esperamos obter informações mais atualizadas dos estudantes pelas próprias famílias,

como a atualização dos endereços.

2.1.3. Orientação aos estudantes e familiares

Os materiais impressos apresentam orientações aos estudantes e familiares. A SME considera, ainda, a ferramenta Google Sala de Aula (Google Classroom) como o canal oficial da Pasta para comunicação e orientação dos professores com os estudantes e os familiares; na educação infantil, o diálogo, mediado pelos familiares/responsáveis, é feito por meio de vídeos interativos, contação de histórias, musicalidade, etc. Adicionalmente, a SME informou que: a) unidades educacionais utilizam redes sociais e aplicativos para ampliar a comunicação com a comunidade escolar e, b) é possível o contato telefônico com a unidade educacional, uma vez que as escolas estão funcionando em sistema de rodízio.

Conforme informado, a SME produziu materiais de orientação, além de Instruções Normativas que estabelecem as formas de orientação e contato com os familiares. Essas orientações são regularmente repassadas às equipes gestoras diretamente, ou por meio das Diretorias Regionais de Educação, tais como: lives temáticas, reuniões e encontros semanais com as Diretorias Pedagógicas das DRE, publicações disponibilizadas no Portal e redes sociais da Secretaria, orientações repassadas por e-mails, etc.

Da mesma forma as DIPEDs deram continuidade ao cronograma de formações em atendimento aos Coordenadores Pedagógicos e Diretores das unidades de educação infantil e ensino fundamental, incluindo especificidades voltadas para esse período, como o acompanhamento mais intenso das redes sociais utilizadas nas unidades.

Neste sentido, surpreende que 9,1% dos gestores escolares de diferentes DRE tenham respondido que não realizaram nenhuma ação de orientação aos pais e responsáveis para o uso dos materiais, ainda que em termos absolutos isso represente 9 de 88 profissionais que responderam ao questionário. Isso porque a Secretaria Municipal de Educação realizou diversas ações e orientações voltadas a utilização destes materiais direcionadas a todas as categorias de profissionais, em especial aos professores.

Com relação ao contato entre os professores e responsáveis, o relatório reconhece a diversidade de meios para contatar as famílias diante das desigualdades de acesso ao meio digital pelas famílias, mas aponta que ainda é alto o percentual de famílias que dizem não ter contato com os professores, pois 27,5% disseram não terem contato.

Uma das hipóteses explicativas para este dado poderia ser a desatualização dos dados cadastrais ou o próprio acesso à internet. Tomando por base diagnóstico produzido a partir de dados obtidos por meio de questionário socioeconômico, realizado com as famílias no período de aplicação da Prova São Paulo no último trimestre de 2019, embora 87% das famílias tenham celulares e 45% computadores, não são todas que possuem acesso à internet. Perguntadas sobre isso, 74% das famílias de estudantes responderam possuir algum tipo de internet em casa. Neste sentido, 26% famílias não possuem acesso, sendo este número próximo os 27% que disseram não ter qualquer contato com professores.

Mas, dado que estes responsáveis responderam a um questionário eletrônico, o que pode ter ocorrido em função de algum acesso precário à internet, devemos ainda arriscar outras hipóteses. E, neste sentido, vale lembrar que a amostra de 211 responsáveis que responderam ao questionário não é estatisticamente representativa e que tal amostra pode sofrer pelo viés da motivação: quem tem interesse de responder a uma pesquisa sobre a prestação de um serviço geralmente é alguém que vivenciou algum problema relacionado a ele.

De todo modo, está acertado o diagnóstico do Relatório que nos alerta para a necessidade ampliar os meios de comunicação com a comunidade escolar, além da necessidade de intensificar os canais de acompanhamento e supervisão da ação das escolas neste período. Neste sentido, além da criação do

App Escola Aqui que explicamos na resposta do item anterior sobre as entregas dos cadernos, vale ressaltar que também estamos reformulando o Sistema de Gestão Pedagógica - SGP.

O SGP é uma ferramenta criada para auxiliar os docentes no registro da trajetória educacional do aluno e emissão do boletim, em uso nas unidades escolares de Ensino Fundamental do município de São Paulo. Repensado a partir de sugestões dos usuários e das diferentes equipes que compõem a Rede Municipal de Educação, foi elaborado o Novo SGP que apresenta funcionalidades como o calendário de aulas do professor, planejamento para o Ciclo de Aprendizagem, planejamento anual, plano de aula e a frequência (<https://novosgp.sme.prefeitura.sp.gov.br/login>).

Em breve, haverá a possibilidade do planejamento semanal, campo para anotações individuais dos estudantes, possibilidade de fluxos entre diferentes profissionais para criar notificações, funcionalidades/relatórios específicos para os projetos e programas, entre outras mudanças. Também está em curso uma extensão desse sistema para as unidades de Educação Infantil. É possível obter mais informações e também o manual do Novo SGP em nosso portal (<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/sistema-de-gestao-pedagogica-da-secretaria-municipal-de-educacao-ganha-novas-funcionalidades/>).

Desta forma, a SME busca não só ampliar e melhorar seu canal de comunicação com a comunidade escolar, como também melhorar as ferramentas de registro que possibilitem os professores, gestores escolares, pais e responsáveis, acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes de nossa Rede.

2.1.4. Acompanhamento da utilização dos materiais impressos

Como foi dito, os professores acompanham a utilização dos materiais impressos pelos estudantes por meio da plataforma Google Sala de Aula, efetuando os devidos registros. A averiguação universal do uso do material impresso somente será possível no momento do retorno às aulas presenciais, considerando, em especial, o público sem acesso aos recursos digitais.

No entanto, as equipes da SME têm desenvolvido diferentes estratégias para alcançar o maior número possível de estudantes, utilizando recursos como plataforma Google Sala de Aula, ligações telefônicas, mensagens no whatsapp, chat de redes sociais e chat do site do NAAPA (<https://www.naapa.com.br/>), como reconhece o Relatório da Auditoria.

Neste sentido, a Política de Educação segue descentralizada e mantém certo grau de autonomia por parte da comunidade escolar para definir ações alinhadas ao seu projeto político pedagógico e demais projetos, considerando as especificidades de seu território e seu público, bem como as necessidades para o atual contexto pandêmico que estamos vivenciando. A inovação, que surgiu em decorrência da desigualdade de acesso dos estudantes e suas famílias à internet, é que há uma diversificação de recursos e ferramentas para esse acompanhamento, como as registradas acima. E o local de registro deixa de ser o Sistema de Gestão Pedagógica - SGP para ser o Google Sala de Aula onde os professores também podem fazer registro dos estudantes que não tem acesso à plataforma.

De toda forma, o relatório nos revela mais uma vez que precisamos ampliar nossas estratégias de comunicação com a Rede para evitar interpretações variadas das diretrizes.

2.1.5. Correção dos materiais impressos

Como relatado, a correção das atividades dos materiais impressos poderá ser feita pelos professores por meio da plataforma digital; para aqueles estudantes sem acesso à internet, a correção será feita na volta às aulas presenciais, por meio de uma retomada das aprendizagens necessárias, bem como ações de recuperação contínua e paralela. A intenção, quando da elaboração do material impresso, foi a de que todos os estudantes tivessem acesso aos conteúdos escolares, independentemente de terem

acesso aos recursos digitais, de modo que os alunos devem levar os cadernos à escola quando as aulas retornarem, para que a correção seja feita pelos docentes.

Como evidencia o relatório, a Secretaria optou por não disponibilizar as respostas dos cadernos à população, pois tem experiência de que, ao fazer isso, alguns estudantes somente copiam as respostas corretas, desvirtuando o objetivo primeiro do material, que é favorecer a pesquisa e a reflexão acerca dos conteúdos escolares.

O resultado apresentado pela pesquisa com relação a este item se coaduna com as orientações passadas pela Secretaria onde: não são aplicáveis à educação infantil, que não trabalha com a perspectiva de correção de questões; os professores podem utilizar os materiais como ponto de partida para as aulas desenvolvidas pelo Google Sala de Aula; e o material será utilizado como base para avaliação diagnóstica do estudante, após o retorno às aulas presenciais, bem como será referência para o programa de recuperação que está sendo pensado para reforço dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento a serem desenvolvidos pelo estudante no bimestre de retorno.

Neste sentido, os estudantes que obtiverem menor desempenho na avaliação diagnóstica e apresentarem maiores dificuldades de aprendizagem, serão priorizados em relação às ações de recuperação das aprendizagens, o que envolve, inclusive, a extensão de suas jornadas escolares.

Reiteramos que existem desigualdades estruturais que não conseguiremos superar sozinhos e em tão pouco tempo, como o acesso desigual da população a internet, infraestrutura doméstica adequada para estudos, dentre outros recursos. O que nos cabe é fornecer a todos os estudantes o maior número de oportunidades de aprendizagens e reforço das mesmas com as ferramentas e recursos que temos disponíveis.

2.2. Aderência dos materiais impressos ao currículo escolar do município

Como evidencia o relatório, os cadernos “Trilhas de Aprendizagem”, que contemplam da Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos, foram elaboradas de forma a contemplar os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento (OAD) do Currículo da Cidade do Ensino Fundamental.

Para que isso fique explícito aos docentes da RMESP, a equipe de elaboração preparou um material, que pode ser consultado em 1º ano (<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/OADs-MAT-inter-e-autor.Trilhas-2020.pdf>), 4º ao 9º ano (<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/OADs-MAT-inter-e-autor.Trilhas-2020.pdf>), que indica os OAD presentes em cada uma delas. Na página do Ensino Fundamental (<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/ensino-fundamental-e-medio/>), na aba de cada componente, há link para consulta à todos os componentes curriculares.

Apesar desse esforço, o Relatório da Auditoria aponta para possíveis inconsistências nos Cadernos, inclusive no que concerne a convergência com o Currículo da Cidade. Apesar disso, as áreas técnicas do ensino fundamental e educação infantil da SME realizaram as manifestações que se seguem neste item.

2.2.1. Trilhas de Aprendizagens – Brincadeiras e Interações para crianças de 4 e 5 anos

Os Trilhas de Aprendizagens (de zero a 3 e de 4 e 5 anos), foram formulados com base no Currículo da Cidade - Educação Infantil. A proposta desse material foi possibilitar a diversificação das atividades realizadas com bebês e crianças diariamente, durante o período da suspensão das atividades presenciais.

Para as crianças de 4 e 5 anos, sugerimos atividades que envolvam interações, brincadeiras, jogos e diferentes experiências para garantir a continuidade destas aprendizagens com seus familiares, não sendo necessário uma gama de materiais diferenciados.

2.2.2. Trilhas de Aprendizagens – 1º ano

O 1º ano do Ensino Fundamental constitui-se como um dos maiores desafios para o período de distanciamento social e fechamento das escolas. Como apontado no relatório, os estudantes tiveram poucos dias letivos de aulas e estão em fase de alfabetização; o que exige intervenção docente e conhecimento acerca de tal processo.

Ao elaborar o material Trilhas de Aprendizagens a equipe de especialistas teve de fazer escolhas em relação ao que era essencial a cada ano de escolaridade e ciclo de aprendizagem. No caso em questão, o 1º ano, o caráter lúdico da aprendizagem se coloca por meio dos textos utilizados, que contemplam gênero como a parlenda, canção, trava-línguas, entre outros. Como apontado no relatório, a parte introdutória do documento traz questões relacionadas ao brincar, essenciais às crianças no Ciclo de Alfabetização.

Cabe aqui salientar que a proposta do material, diferentemente dos demais materiais didáticos, é de sequências de atividades, que imprimem maior grau de autonomia quanto à sua realização. Essa opção por tal modalidade didática se fez necessária quando considerado, o também apontado por este relatório, de que grande parte de nossos estudantes não têm acesso à internet e realizariam as atividades com o auxílio de um familiar, e não de um professor. Ou seja, é o professor o especialista para alfabetizar e realizar intervenções didáticas.

Dado o atual contexto, as sequências de atividades do trilhas, por não estarem atreladas umas às outras, permitem que a criança realize as atividades de maneira independente entre elas; entretanto, as crianças ainda não leitoras é indispensável o auxílio de um adulto leitor. O mesmo se dá no caso da Matemática.

Em relação a não aderência ao currículo, em especial no que tange às formas de agrupamento, justifica-se a necessária adaptação das atividades uma vez que as crianças, de fato, as desenvolvem de maneira autônoma e não mais em agrupamentos, considerando as recomendações de distanciamento social.

No que tange a diversidade cabe informar que os cadernos foram produzidos em tempo sem precedentes, e que a produção de imagens novas acarretaria em atraso em sua entrega, o que prejudicaria ainda mais os processos de ensino, já tão desafiantes.

Para o volume 2, já disponibilizado, tais questões foram retomadas e o material as contempla de maneira satisfatória. Todo o material pode ser consultado em <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens/>.

2.2.3. Trilhas de Aprendizagens – 5º ano

O relatório aponta o material como aderente, mas realiza ressalvas em relação à interdisciplinaridade. Cabe informar que a modalidade didática de Sequências de Atividades, prescinde maior autonomia entre elas; o que de fato, é diferente em relação às sequências didáticas, por exemplo. Entretanto, a recomendação de faz pertinente e será acatada quando da elaboração de materiais, sob tal perspectiva e se necessário.

2.2.4. Trilhas de Aprendizagens – 9º ano

O relatório aponta o material como aderente, mas realiza ressalvas em relação à interdisciplinaridade. Cabe informar que a modalidade didática de Sequências de Atividades, prescinde maior autonomia entre elas; o que de fato, é diferente em relação às sequências didáticas, por exemplo. Entretanto, a recomendação de faz pertinente e será acatada quando da elaboração de materiais, sob tal

perspectiva e se necessário.

3. Plataforma digital

A plataforma digital utilizada pela SME é o Google Sala de Aula (Google Classroom), ferramenta de sala de aula digital, considerada pela Pasta uma ação complementar aos materiais impressos. A Secretaria recebeu uma doação da instituição Google for Education EdTech (processo SEI nº 6016.2020/0029579-8), que criou contas a esse público e realizou a organização das salas de aulas conforme atribuição do professor no sistema EOL.

Cada unidade educacional tem autonomia para a realização do planejamento dos professores e postagem de atividades na plataforma, de forma que o conteúdo disponibilizado é variável. A orientação da Secretaria aos professores é que sejam incluídas, na plataforma, conteúdos e orientações que se relacionem ao material impresso, de modo a não haver prejuízos, em termos de conteúdo, aos estudantes que não tiverem acesso remoto.

Para a utilização da plataforma, a SME realizou quatro transmissões ao vivo, duas mais específicas aos professores, uma às equipes gestora, e uma específica para educação infantil no dia 28/05/2020 que até o dia 03/08/2020 já contava com mais de 128 mil visualizações (<https://www.youtube.com/watch?v=YYNmyHpaJMQ&feature=youtu.be>)

A respeito da capacitação recebida para uso da plataforma digital, de acordo com a pesquisa realizada pelo TCM, parte significativa dos gestores escolares e gestores disseram não terem recebido capacitação para o uso da ferramenta. São apresentados percentuais que ficam em torno de 30%.

O relatório também apresenta dados que indicam baixo acesso por parte das famílias de estudantes e problemas relacionados a desigualdades sociais estruturantes que impactam nas condições de estudos dos estudantes, como a ausência de local adequado para estudo.

De acordo com dados do TC nº 4097/2020, em dezembro de 2019, 1.045.474 estudantes estavam matriculados na rede municipal de educação. Os professores nas unidades educacionais, das redes direta e parceira de educação infantil, totalizavam 73.762 profissionais, em dezembro de 2019, segundo informações da SME. Considerando os números dos professores e estudantes da rede municipal de ensino, da rede direta e parceira de educação infantil, o TCM estimou que 25,7% dos estudantes e 61,0% dos professores haviam ativado suas contas na plataforma digital até o dia 01.06.2020.

Como apontado pelo Relatório, sabe-se que a simples ativação de conta não significa uma utilização efetiva do ambiente virtual pelos estudantes e professores. Neste sentido, a SME não sabe, com precisão, quantos estudantes estão efetivamente acessando e sendo acompanhados pela plataforma Google Sala de Aula. Motivo pelo qual se está desenhando um programa para recuperação das aprendizagens dos estudantes para quando retornarem as aulas presenciais.

Cabe ressaltar mais uma vez que, de acordo com o art. 2º § 1º da IN SME nº 15/2020, a comunicação on-line entre professores e estudantes ocorrerá por meio de plataforma digital disponibilizada pela SME. Outras atividades planejadas, tendo como ponto de partida o Projeto Político Pedagógico da escola, os resultados da Prova São Paulo e as avaliações internas, deverão complementar o material impresso disponibilizado (art. 3º da IN SME nº 15/2020).

4. Programas de TV

A programação televisiva foi elaborada pela Secretaria Estadual de Educação, e a SME colaborou com a organização de conteúdos e disponibilização de professores, apenas dos anos iniciais do ensino

fundamental, para a realização das aulas, sejam ao vivo, ou gravadas, como depreende o relatório.

A programação é destinada aos estudantes e famílias da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), sendo o conteúdo alinhado com o currículo da cidade de São Paulo e o currículo Paulista. Para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio não houve o alinhamento curricular, de modo que a SME não indica a programação para essas etapas de ensino.

Em 27.04.2020 iniciamos a programação de TV para os anos iniciais, no canal 2.2 da TV Univesp e o detalhamento da programação diária é divulgado pelo Centro de Mídias da Educação de São Paulo - <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/programacao/>

A TV Univesp é um canal aberto da TV digital e, por enquanto, as operadoras de canais por assinatura não disponibilizam o acesso a esse canal. Além do canal digital, há a disponibilização dos vídeos das aulas no canal do YouTube do Centro de Mídias da Educação de São Paulo - <https://www.youtube.com/channel/UC4PxhhCLUs1ESKz5EwuepMw/>.

De acordo com a pesquisa realizada pela Auditoria, o percentual de famílias que afirmaram que os filhos assistem à programação de TV foi abaixo de 10%, apesar dos esforços de divulgação empreendidos pela Secretaria.

O TCM, assim, recomendou que a SME amplie as formas de divulgação da programação de TV, uma vez que há relatos de desconhecimento da existência dessa ação. A recomendação merece prosperar. Iremos a divulgação em nossos canais.

5. Alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

A pandemia da covid-19 tem trazido desafios imensos ao setor educacional demandando ações emergenciais neste momento de interrupção das aulas presenciais. Comprometida com a garantia da continuidade do processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência matriculados na rede municipal de ensino, assim que anunciada a elaboração do material Trilhas de Aprendizagens - volume II a COPED/DIEE - Divisão de Educação Especial deu início a um trabalho colaborativo junto aos professores especialistas (PAAIs e PAEEs, professores dos diversos componentes curriculares, professores da sala de leitura, dentre outros) dos treze territórios, visando acessibilizar o material aos estudantes que dele necessitem. Para isso, diversas ações foram intensificadas com relação ao mapeamento da demanda, dos recursos humanos e físicos disponíveis em cada território, bem como, reuniões e discussões conjuntas de orientações técnicas. Informações imprescindíveis para definição de estratégias e metodologias com relação ao processo de acessibilização do material Trilhas de Aprendizagens - volume II foram levantadas. A equipe da COPED/DIEE, em reuniões virtuais com os 13 CEFAls organizou grupos de trabalho para atender às especificidades técnicas de cada material a ser produzido (audiodescrição, braille, versão ampliada, audiocadernos, tradução e interpretação em libras, dentre outros) Todo esse trabalho encontra-se em processo de finalização que resultará em materiais acessíveis em formato ampliado, para estudantes com baixa visão; cadernos em braille, para os estudantes cegos; e audiocadernos para estudantes com baixa visão e cegos; versão acessível em Libras, para os estudantes surdos da rede, considerando as etapas e modalidades de ensino.

Segue um pouco mais sobre esses recursos de acessibilidade:

Materiais em braille: o braille é um sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão. Os estudantes da Rede que fazem uso desse código receberão os materiais “Trilhas de Aprendizagens II”, na versão braille, que inclui a descrição das imagens. Acessibilidade do material no sistema Braille é importante para proporcionar maior independência na escrita e na leitura dos materiais “Trilhas de Aprendizagens II”.

Cadernos ampliados: a ampliação dos cadernos beneficia os estudantes com baixa visão, que

apresentam dificuldades para enxergar o material em tamanho convencional. Para contemplar este grupo de estudantes, estão sendo preparadas as matrizes dos cadernos “Trilhas de Aprendizagens II” com letras e imagens ampliadas e respectiva descrição de cada imagem que seguirão para a gráfica responsável pela impressão, garantindo acesso aos estudantes dos materiais em sua integralidade.

Audiocadernos: Além dos cadernos em braille e ampliados, os audiocadernos constituem uma terceira opção para os estudantes com deficiência visual acessarem o material “Trilhas de Aprendizagens II”. Os audiocadernos são gravações do conteúdo dos materiais, inclusive das descrições de imagens, narrados em voz sintetizada. Todas essas gravações serão disponibilizadas para a Rede Municipal no Portal da SME e poderão ser acessadas por outros estudantes que tiverem interesse nessa versão.

Tradução/Interpretação em LIBRAS: todo o material “Trilhas de Aprendizagens II” está sendo traduzido/interpretado em Libras por profissionais surdos e ouvintes contratados por meio do Edital de Credenciamento da SME e por professores das nossas escolas de Educação Bilíngue, PAEEs e PAAIs. Estão sendo gravados vídeos que compreendem diferentes etapas: estudo dos materiais, gravação em Libras e edição para disponibilização e compartilhamento nos canais da SME.

Considerando que muitos estudantes, no momento de distanciamento social, estão sendo amparados por seus familiares, a Divisão de Educação Especial - DIEE elaborou o “Guia de Acessibilidade” contendo dicas de estudos, orientações quanto a forma de utilização de recursos de acessibilidade mais utilizados, bem como, links complementares. Sua linguagem está adequada com as regras gerais para a acessibilidade de textos além de conter imagens explicativas, facilitando dessa maneira, o seu uso. Para acessá-lo basta clicar ou acionar o link presente no “Trilhas de Aprendizagens II” para ser imediatamente direcionado ao documento disponível no Portal da SME.

A COPED/DIEE vem dando continuidade às reuniões semanais orientadoras com os CEFAls, para operacionalização e alinhamento das ações desenvolvidas. Diante de todo esse contexto e para acompanhamento mais próximo de cada unidade educacional, criou um instrumento de acompanhamento do serviço prestado pelos PAEEs e PAAIs.

Estamos acompanhando a utilização concomitante de outras ferramentas para acompanhamento dos estudantes além do Google Classroom, tais como canais no Youtube, Lives, Contato telefônico, Blogs, Redes Sociais da Unidade Educacional, WhatsApp, Skype, Podcast, Teams, E-mails, etc.

O Atendimento Educacional Especializado realizado pelo PAEE, na perspectiva da eliminação de barreiras, contribuí com os demais professores no momento do planejamento das atividades apresentando também, quando necessário, os recursos de acessibilidade que possam favorecer a realização das tarefas pelos bebês, crianças, jovens e adultos. Os profissionais de AEE tem acesso diário ao Google Classroom para atender, acolher, orientar e auxiliar os familiares e os estudantes, inclusive quanto a utilização dos recursos de acessibilidade.

Outra ação que surge deste alinhamento, diz respeito a continuidade das ações formativas, aos profissionais de AEE. Compreendendo que além de suas questões habituais do cotidiano do trabalho que já estavam previstas nas ações formativas, o caráter remoto traz a necessidade de remodelar a prática diária. No momento atual temos quatro frentes formativas semanais, contemplando a todos os territórios, tendo como público os professores de AEE, os PAAIs e Coordenadores dos CEFAls.

Há também tratativas com outras Secretarias municipais para ampliar as possibilidades de acesso aos estudantes público alvo da educação especial.

6. Outros problemas vivenciados pelas escolas e famílias dos alunos atendidos

Na Secretaria Municipal de Educação existe uma unidade chamada de Núcleo Técnico de Currículo/Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem, regulamentado pela IN nº 11 de 13/03/2020, cuja missão é assegurar os direitos fundamentais e o cuidado integral dos bebês,

crianças e adolescentes e possibilitar o acesso e permanência na Unidade Educacional. Esta unidade possui as atribuições listadas abaixo e, como se verá, é essencial no desenvolvimento de estratégias de acompanhamento de estudantes com médio e alto grau de vulnerabilidade, a saber:

- a) Realizar atendimento itinerante nas UEs mediante a solicitação da equipe gestora da UE, supervisão escolar, DRE ou do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA;
- b) Apoiar e acompanhar as equipes gestoras e docentes no desenvolvimento de estratégias, recursos e práticas pedagógicas que contemplem as necessidades específicas dos estudantes;
- c) Promover a articulação entre Educação, Saúde, Conselho Tutelar, Assistência e Desenvolvimento Social, sociedade civil e SGDCA, considerando as necessidades locais, as especificidades das UEs e o relatório descritivo apresentado ao NAAPA;
- d) Auxiliar a equipe gestora e docentes na avaliação do processo de desenvolvimento pedagógico e educacional;
- e) Organizar estudos das situações encaminhadas ao NAAPA, de modo a envolver as equipes gestora, docente e, se necessário, profissionais da Saúde, Conselho Tutelar, Assistência e Desenvolvimento Social, famílias ou responsáveis, sociedade civil e o SGDCA;
- f) Elaborar em conjunto com as equipes gestora e docente, o Plano de Acompanhamento Multidisciplinar da Escolarização – PAME, com o objetivo registrar e nortear as ações de apoio e acompanhamento ao estudante;
- g) Registrar os procedimentos e ações realizadas pelo NAAPA, de modo a permitir o monitoramento, avaliação e qualificação dos trabalhos desenvolvidos;
- h) Orientar as ações de apoio pedagógico domiciliar, auxiliando as equipes gestora e docentes no acompanhamento das aprendizagens de estudantes que, em razão das suas condições de saúde física, mental e de tratamento de saúde, apresentam frequência escolar irregular, resultando em prejuízos significativos para o processo de escolarização;
- i) Contribuir com os processos formativos das equipes gestora e docente por meio da realização de grupos de trabalho e diálogo nos espaços coletivos da UE.

Esclarecemos que, em razão das necessidades de isolamento social impostas pela nova COVID – 19, as atividades acima expostas precisaram ser adaptadas de modo a garantir a continuidade do atendimento sem a exposição da saúde física dos educadores.

Assim, ao longo do período de suspensão das atividades presenciais, o NAAPA tem desenvolvido as seguintes atividades:

6.1. Continuidade da Formação Continuada ofertada aos profissionais do NAAPA – o conteúdo das formações foi readequado de modo a contemplar os desafios e necessidades do momento. Diante disto, foram realizados novos agrupamentos destinados:

- Discutir as perspectivas de atendimento no site do NAAPA;
- Desenvolver conteúdo digital para o eixo rotina;
- Desenvolver conteúdo digital para o eixo auto cuidado;
- Desenvolver conteúdo digital para o eixo emoções e sentimentos;
- Subsidiar as equipes para os diálogos com os gestores das Unidades Educacionais;
- Apoiar as equipes na organização e seleção dos conteúdos a serem utilizados nas Lives;
- Alinhar os conceitos sobre violência contra crianças e adolescentes;
- Esclarecer dúvidas sobre trabalho infantil;

- Elaborar roteiro para atendimento telefônico às famílias;
- Organizar o atendimento nos plantões no Site do NAAPA.

6.2. Atendimento no Site do NAAPA – Diante da impossibilidade de continuar próximo aos estudantes durante o período de suspensão das atividades presenciais, o NAAPA desenvolveu, em Parceria com o Instituto Liberta, um Site, o <https://www.naapa.com.br/>, que teve como primeiro objetivo enfrentar a violência doméstica praticada contra os adolescentes da RME, bem como promover um espaço de escuta e acolhimento psicossocial aos adolescentes em situação de sofrimento psíquico. O atendimento ao estudante é realizado pelos profissionais do NAAPA de segunda a sexta- feira, das 9h às 19h, por meio de chamada de vídeo ou chat. A ferramenta conta ainda com espaço voltado para os educadores e responsáveis pelo estudante, onde são disponibilizados textos, vídeos e sugestões de leituras sobre os diversos assuntos que podem auxiliar no cuidado da criança e do adolescente. O site, colocado no ar desde 27/05/2020 até o dia 30/07/2020 contou com:

Acessos	Visitantes Únicos	Visitas ao blog	M e n s a g e n s enviadas/ recebidas no BOT	Atendimento via BOT	Atendimento via vídeo
14.949	9.967	5.873	56.414	188	159

6.3. Acompanhamento via contato telefônico - esta forma de atendimento teve como objetivo continuar o monitoramento de situações de alta complexidade, já acompanhadas pelas equipes do NAAPA, em razão de situações de suspeita ou constatação de violências contra crianças e adolescentes, casos de saúde mental ou vulnerabilidade e risco social. Nesta categoria, foram diretamente atendidos 223 estudantes e 626 contatos telefônicos com as famílias.

6.4. Articulação com a Rede de Proteção do território - essa atividade desenvolvida por todas as equipes com os profissionais da Rede de proteção do território visa a continuidade da produção de cuidado aos estudantes da rede ou para solicitar apoio para alguma nova situação identificada. Ao longo deste período de isolamento social, as equipes do NAAPA realizaram 455 atividades em parceria com a Rede de Proteção com vistas a garantia de direitos da criança e do adolescente da RME.

6.5. Atividades de formação continuada destinadas aos educadores da Rede - Essas ações têm como objetivo acolher as demandas psicossociais dos educadores da rede em encontros em que temas como luto, angústia, ansiedade, medo e a força do trabalho coletivo e colaborativo para a produção de cuidado e a potencialização de práticas pedagógicas voltadas para as aprendizagens de crianças e adolescentes. Até 31/07/2020 foram realizados 433 encontros, na modalidade à distância, que abrangeram 15925 educadores.

6.6. Projeto cuidando de quem cuida - Ação destinada ao acolhimento psicossocial dos educadores da Rede, cujas as atividades foram realizadas com grandes grupos de educadores, tendo tido abertura oficial no dia 21 de maio de 2020 com 16 mil visualizações, as equipes dos NAAPAs das DREs realizaram o mesmo movimento, sendo que nas 37 Lives realizadas pelas equipes, aconteceram cerca de 75 mil visualizações. A segunda live promovida pelo NAAPA contou com a presença do Secretário Bruno Caetano e assessoras especialistas na área da Psicologia e da Educação para refletirem acerca do distanciamento causado pela COVID-19 e suas implicações.

6.7. Produção de material – Tendo sido realizado amplo processo de escuta com diferentes grupos de profissionais que compõem o coletivo de educadores da RME, as equipes dos NAAPAs identificaram as questões mais representativas nesse momento e, a partir do reconhecimento das necessidades e solicitações mais recorrentes ao NAAPA/SME, em parceria com da assessoria responsável pela formação continuada das equipes e outros profissionais da academia, estão em processo de produção

alguns Cadernos do NAAPA que tratarão das seguintes temáticas: Vulnerabilidade, Ansiedade, Perdas e Luto, Adolescência, Trabalho Coletivo Colaborativo, a Criança em tratamento de saúde ou com doença crônica. O material será disponibilizado em formato digital por meio das redes sociais da SME para toda a comunidade escolar.

6.8. Enfrentamento da Violência Contra Bebês, Crianças e adolescentes – Essa atividade constitui uma das importantes frentes de trabalho dos NAAPAs na cidade, uma vez que se reconhece o importante lugar da educação na proteção integral da criança e do adolescente. Neste período de isolamento, a SME publicou a IN nº 20 de 20/06/2020 com texto alterado pela IN nº 21 de 14/07/2020 que instrui os servidores da rede sobre como agir em caso de suspeita de violência contra bebês, crianças e adolescentes.

Ainda sobre outros problemas vivenciados pelas famílias dos estudantes, destacamos as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Étnico Racial - NTC/NEER. Com intuito de garantir acesso de todas e todos, em parceria a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, o NEER a tradução do material "Trilhas de Aprendizagens - 1" e enviada para residência dos estudantes que possuem entre 0 e 8 anos. Esta ação será continuada (tradução/envio) do volume II dos cadernos "Trilhas de Aprendizagens 2".

Em relação a formação continuada das professoras e professores, o NEER, durante a pandemia e isolamento social causado pela COVID 19, ofereceu cursos para formar as (os) educadoras (es) nas seguintes áreas:

- Língua Portuguesa para Imigrantes;
- Vivências antirracistas;
- Acolhimento aos Migrantes.

Essas práticas tem como objetivo subsidiar as práticas de educadores, em relação às atividades remotas, além de refletir e planejar-se para o retorno das atividades presenciais. O racismo estrutural que marca as relações na sociedade brasileira, não deu trégua, mesmo em meio a pandemia, ao contrário disso, o isolamento social e a crise sanitária, deram visibilidade às violências vivenciadas por parte da população. Desse modo, entendeu-se a necessidade da continuidade da formação dos educadores da Rede Municipal de Ensino.

Outrossim, foram estabelecidas parceria com a SMDHC e continuaremos para que o atendimento aos indígenas, migrantes, negros e negras, seja pautado na equidade, na educação integral e na justiça social. Romper barreiras e mitigar mazelas sociais, bem como fortalecer cidadania de bebês, crianças, jovens, adultos e suas famílias, é o objetivo da educação pública municipal.

7. Utilização das atividades não presenciais para cumprimento da carga horária mínima anual

Segundo o art. 24, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9394/1996), a carga horária mínima anual será de 800 horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. Para a educação infantil, a carga horária mínima anual é de 800 horas, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional (art. 31, inciso II da LDB).

A Medida Provisória (MP) nº 934, de 1º de abril de 2020, estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. O art. 1º da referida MP dispensa, para o estabelecimento de ensino de educação básica, em caráter excepcional, a obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar (200 dias), desde que cumprida a carga horária mínima anual (800 horas).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou, em 30.04.2020, o Parecer nº 5/2020, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e sobre a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. O documento tem caráter orientador e estabelece que a competência para definir a reorganização dos calendários e a realização de atividades não presenciais é dos sistemas de ensino.

A SME ainda está avaliando a possibilidade de utilização de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual. Como reconhece o relatório da auditoria, a SME já informou que para a tomada de decisões sobre o ano letivo será necessário conhecer o período total de isolamento social dos estudantes, ressaltando que a reorganização do calendário escolar considerará as recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Municipal de Educação (CME).

Neste sentido, reiteramos que ainda não há definição a respeito do cômputo das atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual.

8. Plano pedagógico para o retorno das aulas presenciais

O plano pedagógico para o retorno das aulas está em fase de formulação e está sendo construído de forma colaborativa com as DREs e as unidades educacionais, no intuito de acolher os estudantes de forma segura e que promova a aprendizagem e o desenvolvimento. No projeto que está sendo desenhado pela SME estão sendo consideradas estratégias para: a) Recuperação intensiva logo na volta para todos os estudantes; b) Reorganização da recuperação contínua para todos os estudantes; c) Reorganização do projeto de apoio pedagógico no contraturno escolar para os estudantes com problemas de aprendizagem.

Para essa análise, logo no retorno será realizada uma avaliação diagnóstica. Como foi dito, o material impresso enviado aos estudantes será o ponto de partida do trabalho de recuperação intensiva. Realizaremos ainda formação de professores com ênfase na recuperação das aprendizagens e uso do material Trilhas de Aprendizagens para tanto; e institucionalização do horário de estudo coletivo dos professores, para que toda a rede discuta recuperação contínua, mapeamento dos estudantes e avaliação interna e externa, entre outros.

Para o combate da evasão escolar, reforçamos que, para além de todas as ações regularmente adotadas pelas unidades educacionais, tais como o controle regular da frequência, contato com a família do estudante com frequência irregular para a realização de orientações e notificação ao conselho tutelar dos casos de faltas reiteradas e sem justificativa, pretende, como parte do projeto de retorno:

- a) Elaborar diretrizes norteadoras dos procedimentos a serem adotados, por parte dos gestores escolares, no caso de frequência irregular ou evasão escolar;
- b) Estabelecer os parâmetros específicos a serem adotados no período de retorno das atividades escolares presenciais que oriente os gestores sobre o número de faltas a serem consideradas como indicadoras de baixa frequência;
- c) Orientar a ação supervisora para o acompanhamento dos procedimentos adotados pelos gestores escolares nas situações de baixa frequência ou evasão escolar;
- d) Especificar número de faltas consecutivas ou interpoladas que no momento pós-pandemia serão consideradas como baixa frequência (número deve considerar a proporcionalidade dos dias letivos presenciais);
- e) Estabelecer quantidade de ausências que no momento pós-pandemia serão consideradas como evasão escolar;

f) Detalhar o seguinte protocolo a ser adotado pelo gestor escolar (os números de dias ainda estão sendo definidos): - 1º. Após xxx dias de faltas entrar em contato com responsável; - 2º. Na ausência de contato com o responsável no prazo de xxx dias, notificar o conselho tutelar com relatório com descrição das ações desenvolvidas pela escola; - 3º. Na ausência de retorno do conselho tutelar no prazo de xxx dias, comunicar a equipe do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA) da DRE de referência para receber apoio na articulação com a rede de proteção.

g) Identificar se as ausências estão associadas a afastamentos médicos superiores a 30 dias, em caso positivo adotar procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 11/2020 de reorganização do NAAPA;

h) Verificar as situações em que as ausências envolverem adolescentes gestantes ou puérperas para flexibilização da rotina escolar ou adequação do espaço para possibilitar a amamentação;

i) Realizar levantamento de situações em que o estudante faltoso seja adolescente em conflito com a Lei para que em parceria com o serviço de medida socioeducativa se desenvolva plano de atendimento individual;

j) Viabilizar a participação de estudantes com histórico de reprovação ou frequência irregular em projetos de apoio pedagógico e de extensão de jornada, rodas de conversa e grupos de orientação e estudo;

k) Investir em atividades que ampliem o repertório cultural do estudante, utilizando os espaços públicos da cidade como produtores de conhecimento, identificando espaços de cultura existentes no entorno da escola (Casa de Cultura, CEU, biblioteca, Centros de Convivência e Cooperativa - CECCO) e que valorizem as culturas locais.

l) Promover escuta e acolhimento para os estudantes que apresentarem sinais de angústia ou agitação, buscando apoio do NAAPA para as situações que apontem para condutas autodestrutivas;

m) Dedicar atenção especial na organização das práticas pedagógicas voltadas para os grupos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, reconhecendo os riscos de exposição ao trabalho infantil;

n) Intervir nas situações de suspeita ou constatação de violência, realizando a notificação ao Conselho Tutelar, dar ciência ao Supervisor Escolar e ao NAAPA de modo a promover o cuidado com a articulação da rede de proteção do território;

o) Possibilitar o acesso dos estudantes imigrantes com dificuldades com a língua portuguesa aos conteúdos escolares. O Núcleo de Educação para as Relações Étnico-raciais pode ajudar e orientar sobre as possibilidades de tradução;

p) Fortalecer espaços na unidade educacional de protagonismo infanto-juvenil como os grêmios e as assembleias;

q) Reorganizar as turmas de recuperação das aprendizagens priorizando os anos finais do ciclo autoral;

r) Fortalecer os espaços de participação democrática como estratégia de enfrentamento das situações de conflito que geram baixa frequência ou evasão, esclarecendo a comunidade escolar (estudantes, responsáveis, professores, quadro de apoio) sobre os procedimentos e planejamentos a serem adotados no retorno das atividades.

Ressaltamos, mais uma vez, que a evasão escolar está relacionada a uma multifatorialidade e atinge um grupo heterogêneo de estudantes, reforçando a necessidade de ações no campo da prevenção e atuação em rede para o seu enfrentamento, de modo que a proposta envolverá a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a Secretaria Municipal de Saúde e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

As estratégias para o retorno às aulas presenciais, bem como as medidas para combater a evasão escolar, ainda estão em fase de construção, envolvendo uma série de protocolos e articulação multissetorial. Seguimos à disposição para relatar a implementação das estratégias e resultados verificados no futuro próximo.

Os grupos de trabalho criados com educadores de toda Rede permitirá que as minúcias de todas as etapas e modalidades sejam estudadas no protocolo de volta às aulas.

9. Conclusões

Com relação a conclusão apresentada, entendemos ser mais efetivos focar nas recomendações, que resumem todos os itens apresentados no relatório desta auditoria. Quais sejam:

9.1. Estabeleça procedimentos para garantir a uniformidade do entendimento das unidades educacionais quanto às orientações emanadas pela Pasta, para que não haja um aprofundamento maior das desigualdades entre as escolas, ocasionado por interpretações variadas das mesmas diretrizes,

9.2. Amplie as formas de divulgação da programação de TV, uma vez que há relatos de desconhecimento da existência dessa ação.

9.3. Que a reorganização do calendário escolar e as estratégias para o retorno às aulas presenciais sejam objeto de auditorias específicas, após as definições da SME e efetivo retorno às aulas presenciais.

Diante das recomendações propostas nesta auditoria, temos a considerar adicionalmente que estamos em constante aprimoramento das ações de comunicação a todas as esferas desta pasta - DREs e Unidades Educacionais - e, por conseguinte, às famílias, de modo a garantir que as informações e comunicados sejam amplamente divulgados a todos os interessados. Como estratégia para aprimorar a comunicação com as famílias, o aplicativo conecta.SMESP se estabelece como o canal direto que a Secretaria Municipal de Educação utiliza para enviar comunicados a esse público. O mesmo será substituído pelo Aplicativo Escola Aqui que está sendo desenvolvido pela SME.

A divulgação da programação de TV, organizada pela Secretaria Estadual de Educação, será intensificada, a partir de estratégias traçadas em conjunto com a Assessoria de Comunicação desta pasta.

Seguimos à disposição para qualquer esclarecimento e futuros auditorias mencionadas.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Harumi Hikawa, Coordenador(a)**, em 14/08/2020, às 15:27, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **032084005** e o código CRC **900DB9F3**.